



FRENTE  
PARLAMENTAR  
DA QUÍMICA

# AGENDA ESTRATÉGICA DE LOGÍSTICA PARA O SETOR QUÍMICO



## INTRODUÇÃO

Um sistema logístico eficiente é um dos fatores mais importantes para diminuir o custo Brasil, garantir a competitividade da indústria brasileira, atrair novos investimentos, criar empregos e gerar mais riquezas para o País.

Conscientes desse fato, o setor químico brasileiro, que é um dos maiores propulsores da economia, sendo conhecido como “a indústria das indústrias” por estar na base dos outros setores industriais, tem como uma de suas principais metas para garantir uma indústria química forte, uma logística eficiente.

Para tanto, o setor, sob a coordenação da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim, iniciou, em 2014, o Estudo sobre os Entraves Logísticos do Setor Químico Brasileiro. Desde então, o setor tem aprofundado o trabalho e discutido os resultados com a Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) e com diferentes órgãos dos governos federal e estaduais.

Um dos importantes resultados do trabalho desempenhado pelos parlamentares membros da Frente Parlamentar da Química, como porta-vozes da indústria química brasileira no Congresso Nacional promovendo a criação e o aprimoramento de políticas públicas e criando oportunidades que contribuam para a competitividade da indústria das indústrias, foi o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Empresa de Planejamento e Logística – EPL e a Associação Brasileira da Indústria Química – ABIQUIM, publicado no Diário Oficial da União em de 5 de janeiro de 2017 e assinado em cerimônia da FPQuímica, na Câmara dos Deputados.

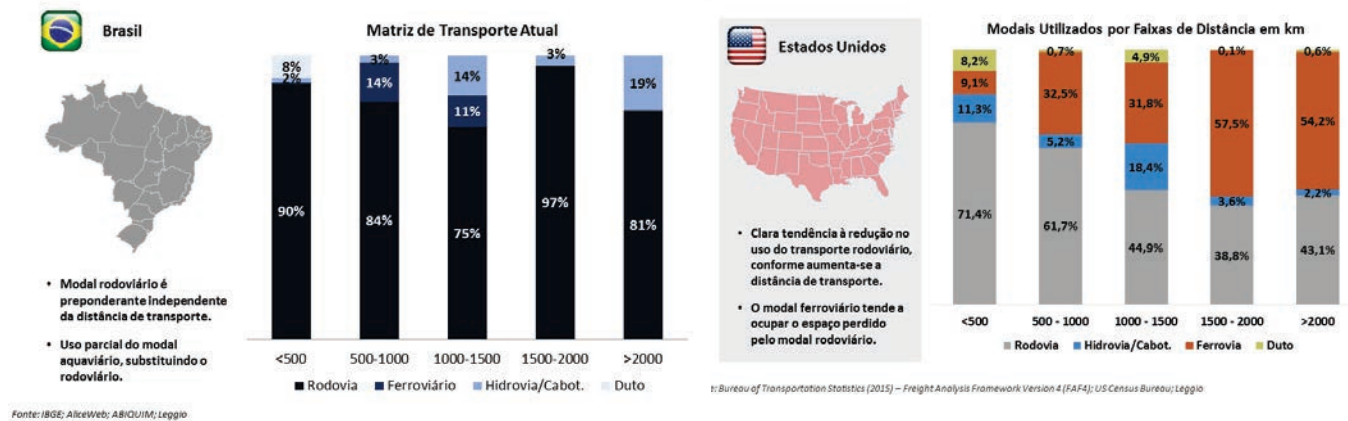
O Acordo é resultado do Grupo de Trabalho de Logística da Abiquim e Governo Federal, durante audiência realizada em 1 de abril de 2015 com a Abiquim e a Frente Parlamentar da Química.

O acordo do setor com a EPL tem o objetivo de realizar intercâmbio de informações para o mapeamento, planejamento, elaboração e avaliação de soluções de infraestrutura, operacionais e regulatórias para o desenvolvimento da logística de transportes no País, com foco no setor das indústrias químicas.

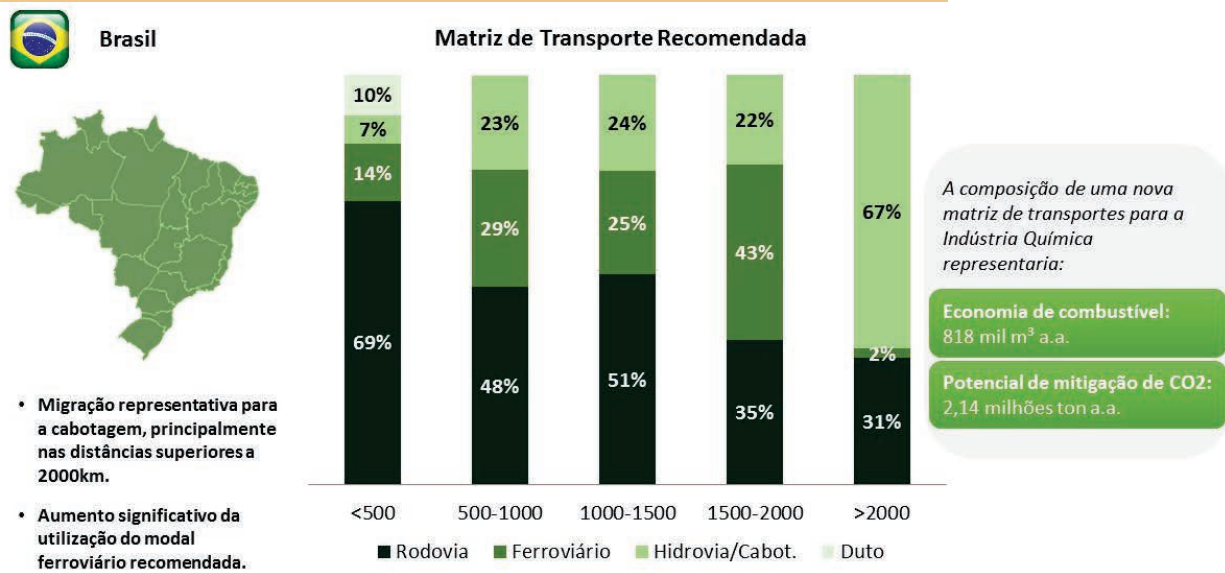
Desde então, o setor tem aprofundado o seu Estudo sobre os Entraves Logísticos mapeando e quantificando a movimentação nacional dos 145,92 milhões de toneladas de produtos químicos; analisando a infraestrutura e regulamentação ligadas aos modais de transporte; detalhando os motivos dos entraves/gargalos logísticos; e propondo soluções (58 pleitos fundamentados) ligadas à infraestrutura e regulação, considerando a integração de modais, a segurança na movimentação de químicos e a maior competitividade através da logística.

Tais propostas compõem a Agenda Estratégica de Logística para o Setor Químico, que tem como objetivo construir uma matriz mais competitiva a exemplo da atual matriz de produtos químicos nos Estados Unidos, país com características semelhantes ao Brasil no que diz respeito à indústria química forte, grande mercado e disponibilidade de matérias-primas.

## Matriz de Transporte de Químicos ATUAL – Brasil–EUA



## Matriz de Transporte de Químicos Nacional (COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS 72 PLEITOS).



## SUMÁRIO DAS PROPOSTAS DA AGENDA ESTRATÉGICA DE LOGÍSTICA PARA O SETOR QUÍMICO

	Infra	Regulação	Totais
Sudeste	10	01	11
Nordeste	06	01	07
Sul	10	01	11
Gerais	19	24	43
<b>Total de pleitos</b>	<b>45</b>	<b>27</b>	<b>72</b>

## DETALHAMENTO DOS PLEITOS IDENTIFICADOS PELO ESTUDO

### Relação de Pleitos de Infraestrutura

MODAL	nº Pleitos	ASSUNTOS
Aquaviário	22	Capacidade de cais Tancagem      Acesso marítimo Capacidade      Armazenagem Acesso terrestre
Ferrovário	15	Disponibilidade para produtos perigosos      Capacidade Linha da CPTM      Intermodalidade/Multimodalidade Novas linhas
Dutoviário	02	Fomento Acesso a portos
Rodoviário	06	Segurança Novas vias

### Relação de Pleitos de Regulação e Gestão

MODAL	nº Pleitos	ASSUNTOS
Aquaviário	09	Tributação Concessão      Exploração da infraestrutura Administração portuária      Investimentos Afretamento Acesso marítimo
Ferrovário	06	Exploração da malha atual Usuários dependentes      Disponibilidade para produtos perigosos Restrições de circulação      Investimentos Acompanhamento de desempenho
Dutoviário	02	Acesso aos dutos Capacidade
Rodoviário	03	Concessão Segurança      Novas vias
Transporte de perigosos	03	Prazo para cumprimento das leis Listagem de mercadorias Operação (42 pontos)
Comércio Exterior	04	Integração de sistemas Padronizações fiscais e administrativas Participação do setor privado

## PLEITOS DE INFRAESTRUTURA

### ➤ Modal Aquaviário - Marítimo e Cabotagem

PLEITO	DESCRIÇÃO
Aumento da capacidade de cais no porto de Santos	Ampliação da capacidade de berços que concentram carga e descarga de granéis líquidos de químicos industriais nos terminais do porto de Santos.
Aumento da tancagem no porto de Santos	Ampliação da disponibilidade de tancagem nos berços onde há operadores que movimentam químicos industriais nos terminais do porto de Santos.
Aumento da capacidade de cais no porto de Aratu	Ampliação da capacidade de berços que concentram carga e descarga de granéis líquidos de químicos industriais nos terminais do porto de Aratu.
Aumento da tancagem no porto de Aratu	Ampliação da disponibilidade de tancagem nos berços onde há operadores que movimentam químicos industriais nos terminais do porto de Aratu.
Aumento da capacidade de cais no porto de Paranaguá	Ampliação da capacidade de berços que concentram carga e descarga de granéis líquidos de químicos industriais nos terminais do porto de Paranaguá.
Aumento da capacidade de cais no porto de Rio Grande	Obras de ampliação de berços que movimentam granel líquido de químicos industriais no píer da Petrobrás do porto de Rio Grande.
Aumento da tancagem no porto de Rio Grande	Ampliação da disponibilidade de tanques destinados a químicos industriais nos terminais do porto de Rio Grande.

## ➤ Modal Aquaviário - Marítimo e Cabotagem (continuação)

PLEITO	DESCRIÇÃO
Aprofundamento do canal de acesso e calados de atracação do Porto de Santos	Realização das obras de aprofundamento do canal de acesso e bacias de acesso aos berços de atracação do Porto de Santos, aumentando o limite dos calados dos navios.
Aprofundamento do canal de acesso e calados de atracação do TECON Salvador	Realização das obras de aprofundamento do canal de acesso e bacias de acesso aos berços de atracação do Terminal de Contêineres de Salvador, aumentando o limite dos calados dos navios.
Aprofundamento do canal de acesso e calados de atracação do Porto de Itajaí	Realização das obras de dragagem nos canais interno e externo e outras obras de adequação para acesso aquaviário.
Aumento da oferta de terminais portuários dedicados a graneis líquidos no litoral brasileiro	Criação de terminais destinados à movimentação exclusiva de granel líquido.
Consolidação da movimentação de fertilizantes no Porto de Santos	Redução da fragmentação da carga de fertilizantes em diferentes terminais e diminuição do compartilhamento com outros graneis sólidos.
Aumento da oferta de armazenagem estática para fertilizantes em Vitória	Investimentos em armazéns no terminal Peiú e Cais de Capuaba destinados exclusivamente ao armazenamento de fertilizantes.
Ampliação da infraestrutura de carga e descarga para acesso ferroviário ao Porto de Santos	Aumento da eficiência no acesso por meio da construção de áreas que evitem o desmembramento de trens para a movimentação na área portuária.
Ampliação da infraestrutura de carga e descarga para acesso ferroviário ao Porto de Aratu	Estender a linha férrea de acesso às operações de carga/descarga e aumento da eficiência dessas operações no porto.
Criação de infraestrutura de carga e descarga para acesso ferroviário ao Porto de Itajaí	O porto de Itajaí não é atendido por ferrovias, todas as cargas são movimentadas pelo modal rodoviário. Implementar outra opção de transporte aumentaria o potencial de movimentação.
Aumento da capacidade de acesso rodoviário à margem esquerda do Porto de Santos	Melhorar a infraestrutura no acesso provisório à margem esquerda para uma maior capacidade de escoamento.
Aumento da capacidade de acesso rodoviário ao Porto de Paranaguá	A forte urbanização nos entornos do complexo portuário e a baixa oferta de acessos rodoviários reduz o potencial de escoamento de carga em Paranaguá.
Aumento da capacidade de acesso rodoviário ao Porto de Itajaí	Melhorias no estado de conservação das pistas de acesso ao porto e criação de novas vias para escoamento da carga.
Aumento da capacidade de acesso rodoviário ao Porto de São Francisco do Sul	Duplicação ou criação de vias de acesso ao porto para escoamento da carga.
Aumento da capacidade de acesso rodoviário ao Porto de Rio Grande	Ampliação de vias de modo a contornar o intenso tráfego e restrições de acesso às áreas do porto.
Fomento à criação de rotas de navegação de cabotagem destinadas à movimentação de granel líquido	A oferta de navios em rotas de cabotagem de graneis líquidos é baixa. O mercado é concentrado em dois players, sendo um deles a Transpetro – dedicada à Petrobras.

## ➤ Modal Ferroviário

PLEITO	DESCRIÇÃO
Compatibilidade da infraestrutura existente das diferentes malhas ferroviárias	Garantir a passagem de carga por ferrovias de bitolas e demais especificações divergentes.
Investimento na conservação das malhas atuais para transporte de produtos perigosos	O transporte de graneis líquidos na ferrovia, em muitos casos, é impedido pelo estado de conservação da malha instalada.
Aumento da capacidade nos trechos da ALL MP	A malha da ALL MP tem trechos com níveis de utilização acima de 50% na ligação Santos-Paulínia, e diversos outros engargalados além de Paulínia.
Ampliação da infraestrutura de carga e descarga e acesso ferroviário ao Porto de Santos	Priorização pelo início da execução de obras de construção da Ferroanel para desafogar o fluxo pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)
Aumento da capacidade na ligação Paulínia-Araguari-Belo Horizonte via FCA	Alguns dos trechos da FCA nos estados de SP e MG apresentam utilização alta, configurando gargalos locais que inviabilizam toda a utilização da ferrovia.
Criação de ligações diretas entre SP e Nordeste	Estabelecer conexões mais diretas entre SP e a região Nordeste como alternativas à passagem pelo trecho Paulínia-Araguari-BH

## ➤ Modal Ferroviário (continuação)

PLEITO	DESCRIÇÃO
Investimento em conservação nas linhas da FCA	Determinados trechos sob a concessão da FCA apresentam baixa utilização, e seu estado de conservação é impeditivo para a atração de novas cargas.
Reativação de trechos da FCA (BA-SE) e FTL	Apesar de existentes, diversos trechos da FCA e FTL entre BA-AL-SE-PE estão desativados.
Investimento em conservação nas linhas ativas da FTL	Os trechos ativos da FTL, como o que faz a ligação entre o Porto de Suape e o interior do NE, apresentam má conservação que impossibilita sua utilização.
Aumento da capacidade na ligação RJ-SP via MRS	Existem trechos da ferrovia da MRS entre RJ-SP com utilização atingindo 100% da capacidade.
Aumento da capacidade nos trechos da ALL MN	A ALL MN é o eixo ferroviário entre as área de produção agronegócio do Centro Oeste e o porto de Santos. Esta malha já apresenta diversos pontos de gargalo.
Fomento à construção de novas malhas para integração com o Centro-Oeste	O volume de granéis sólidos no fluxo Triângulo Mineiro-Centro Oeste é relevante, oriundo da produção de fertilizantes em MG, e configura carga característica para ferrovias.
Extensão da ferrovia da ALL MN para além de Rondonópolis	Extensão da malha que vai até Rondonópolis, de modo a atender à importação de granéis sólidos nos portos do sul com destino a Mato Grosso que não é atendida por nenhuma ferrovia.
Aumento da capacidade em trechos da ALL-MS	Alguns trechos da ALL MS como Iperó/SP – Paranaguá/PR e Iperó/SP – Triunfo/RS apresentam utilização alta, configurando gargalos locais que inviabilizam toda a utilização da ferrovia.
Fomentar a construção de centros logísticos para agregar volumes e viabilizar escala para utilização do modal ferroviário	A indústria química nacional é bastante pulverizada entre diversos players, o que dificulta a composição de escala para o uso de modais mais econômicos.

## ➤ Modal Dutoviário

PLEITO	DESCRIÇÃO
Viabilização da construção de dutos para acesso ao Porto de Santos	Criação de acesso por duto ao porto de Santos, de modo a escoar parte da produção de granel líquido.
Construção de dutos curtos nas faixas de servidão existentes	A construção de dutos em rotas inferiores a 200km e com volume relevante pode ser economicamente viável.

## ➤ Modal Rodoviário

PLEITO	DESCRIÇÃO
Melhoria na conservação nas rodovias da região NE e no eixo SE-NE	O estado de conservação das vias piora muito fora do estado de SP, em direção ao Nordeste, piorando a qualidade do transporte rodoviário.
Ampliação da oferta de rodovias concessionadas na região NE	Como o nível de serviço em rodovias concessionadas tende a ser maior, é importante realizar a expansão desta prática na região Nordeste e no estado de MG.
Elevar o índice de pavimentação das rodovias	Expandir as obras de pavimentação de vias, garantindo a qualidade do transporte rodoviário e o desenvolvimento das regiões impactadas.
Reduzir a existência de trechos de pista simples	Realizar obras de duplicação em rodovias que atualmente são de pista simples, visando principalmente garantir maior segurança aos usuários.
Ampliação da oferta de rodovias concessionadas interligando Sudeste e Sul	Construção de vias alternativas entre Sudeste e Sul e nos trechos de ligação com instalações portuárias.
Aumento da oferta de pontos de parada e descanso nas rodovias	Necessidade de aumento de PPD adequados para melhoria na qualidade e segurança da operação e do operador no transporte rodoviário.

## PLEITOS DE REGULAÇÃO

### ➤ Modal Aquaviário

PLEITO	DESCRIÇÃO
Não-incidência do AFRMM a mercadorias cuja origem/destino final seja em porto localizado nas Regiões Norte ou Nordeste	Extensão da não-incidência ou isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante para navegação de longo curso com origem ou destino nas regiões N ou NE.
Nivelar os critérios de concessão dentro do Porto Organizado	Padronização de critérios de concessão estabelecidos após a MP para Portos Organizados, de forma a evitar desequilíbrio concorrencial nos portos organizados.
Estabelecer regras de uso da infraestrutura de acesso comum entre porto organizado e TUPs	Estabelecer regras que permitam o uso de infraestrutura de acesso local por TUPs e que garantam a compensação adequada dos investimentos realizados pela autoridade portuária do porto organizado ou outros TUPs.
Descentralização da administração portuária	Manter a gestão e a administração do porto organizado como atribuição da autoridade portuária local.
Retomar as atribuições originais do Conselho de Autoridade Portuária (CAP)	Retomar as atribuições originais do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) Atualmente o Conselho encontra-se sem papel bem definido, apontando a necessidade de restituir suas atribuições originais, como fórum representativo de apoio à gestão portuária.
Melhores condições para investimento em infraestrutura portuária por parte da concessionária	Estabelecer critérios claros para reversibilidade de bens investidos por parte das concessionárias em ativos portuários.
Melhoria do processo de circularização e bloqueio do Sistema de Afretamentos (SAMA)	Necessidade de critérios mais claros no processo de bloqueio, evitando a existência de lacunas que possibilitem o mau uso da legislação.
Formalização e fiscalização das prioridades de atracação por berço nos Portos de Santos e Aratu	Criar um sistema que estruture e monitore as operações de atracação dos navios no Porto de Santos e no Porto de Aratu.
Implementação de um sistema de gerenciamento e informação de tráfego marítimo em Itajaí	Implementação de um sistema VTMIS para contornar interrupções recorrentes nos serviços do porto devido a condições climáticas.

### ➤ Modal Ferroviário

PLEITO	DESCRIÇÃO
Garantia dos mecanismos de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo entre as concessionárias.	Garantia do bom funcionamento dos mecanismos de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo, que regulamentam o uso e compartilhamento de infraestrutura.
Fortalecimento da figura do usuário dependente	Incluir regras na regulamentação da ANTT para estabelecer garantias na prestação do serviço para aos usuários que se declaram dependentes do transporte ferroviário Brasileiro
Revisão das regras de restrição de circulação de produtos perigosos atuais	Introduzir na legislação de concessão e regulamentação da ANTT incentivos para o transporte de cargas perigosas, associados ao financiamento e/ou renovação da concessão.
Padronização de procedimentos formais para gestão de riscos associados a acidentes pelas concessionárias	Criação de um programa de gerenciamento de riscos, por parte da ANTT, comum a todas as concessionárias para a mitigação de impactos causados por acidentes.
Melhores condições para investimento em infraestrutura por parte do usuário investidor	Estabelecer critérios claros para compensação dos investimentos realizados pelo usuário investidor na infraestrutura da malha. Possibilidade de indenização na reversão de bens do concessionário para o poder público.
Necessidade de melhoria no sistema da ANTT sobre o controle de desempenho das concessionárias	Melhoria no controle de metas estabelecidas por TKU por categorias de produto pela ANTT às concessionárias.

### ➤ Modal Dutoviário

PLEITO	DESCRIÇÃO
Criação de regimes alternativos para acesso aos dutos	Criação de regime fechado sem preferência pelo proprietário para acesso aos dutos de transporte no país.
Estabelecer regras de uso de capacidade ociosa de dutos	Estabelecimento de uma forma de cálculo para o uso compartilhado da capacidade ociosa excedente dos dutos de transporte.

## ➤ Modal Rodoviário

PLEITO	DESCRIÇÃO
Dar continuidade ao plano de concessão de rodovias	Retomada do modelo de concessões de modo a viabilizar investimentos e melhorias nas operações de transporte rodoviário.
Desenvolver e executar um plano de manutenção preventiva das rodovias	Estabelecimento de padrões e regras para a manutenção e conservação das rodovias no país.
Criação do plano de ampliação das vias saturadas	Realização de um plano que identifique as vias mais saturadas do país e viabilize obras de ampliação nessas vias.

## ➤ Transporte de Perigosos

PLEITO	DESCRIÇÃO
Aumento do prazo para cumprimento das exigências para o transporte de perigosos	Tempo maior para o atendimento das disposições estabelecidas na Resolução 420/04 da ANTT.
Atualizar a Relação de Produtos Perigosos conforme última versão do Orange Book	Atualizar a relação de perigosos conforme os códigos ONU e características listados pelo Orange Book – última versão.
Atendimento a necessidades específicas no transporte de perigosos em nível operacional	Atentar para exigências específicas nas operações de transporte de produtos perigosos.

## ➤ Comércio Exterior

PLEITO	DESCRIÇÃO
Estabelecer plano de integração de sistemas eletrônicos de licenciamentos/averbações de operações de comércio exterior	Estabelecimento de um módulo unificado para todos os Licenciamentos/Averbações de Operações de Comércio Exterior no SISCOMEX.
Uniformizar em nível nacional entendimentos fiscais e administrativos de comércio exterior às unidades locais	Demanda por manuais (compêndios) de orientação aduaneira (fiscal) e administrativa expedidos pelas autoridades centrais aos seus servidores em todo o território nacional.
Geração de Documento Único de Importação (DUI)	Estabelecer mecanismo único de coordenação integrada dos processos aduaneiros e administrativos afetos aos órgãos intervenientes no comércio exterior brasileiro.
Permitir a participação efetiva do setor privado nas deliberações da CONAPORTOS e criar força tarefa para atuação nos portos	Viabilizar participação da ABIQUIM na CONAPORTOS ou seus Comitês Técnicos.

### Comissão Executiva da FPQuímica

Dep. João Paulo Papa (PSDB/SP) - Presidente  
Sen. Eduardo Braga (PMDB/AM) - Vice-presidente no Senado  
Dep. Afonso Motta (PDT/RS) - Vice-presidente na Câmara

Dep. Alex Manente (PPS/SP) – Plástico e Borracha  
Dep. Baleia Rossi (PMDB/SP)  
Dep. Bruna Furlan (PSDB/SP) – Químicos para Cosméticos  
Dep. Darcísio Perondi (PMDB/RS)  
Dep. Davidson Magalhães (PCdoB/BA) – Gás  
Dep. Eduardo Cury (PSDB/SP) - Químicos para Construção  
Dep. Esperidião Amin (PP/SC)  
Dep. Evair Vieira de Melo (PV/ES) – Água  
Dep. Irajá Abreu (PSD/TO) – Fertilizantes  
Dep. Izalci Lucas (PSDB/DF) - Inovação e Tecnologia  
Dep. Jaime Martins (PSD/MG)  
Dep. Jerônimo Goergen (PP/RS) - Químicos para o Agronegócio  
Dep. José Carlos Aleluia (DEM/BA) – Energia

Dep. José Ricardo Tripoli (PSDB/SP) - Meio Ambiente  
Dep. Milton Monti (PR/SP) - Infraestrutura e Logística  
Dep. Orlando Silva (PCdoB/SP) - Saúde e Segurança do Trabalho  
Dep. Otávio Leite (PSDB/RJ) – Petroquímicos  
Dep. Paulão (PT/AL) – Cloro  
Dep. Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)  
Dep. Pedro Vilela (PSDB/AL) - Energia Renovável  
Dep. Renato Molling (PP/RS) - Químicos para Couro  
Dep. Vinicius Carvalho (PRB/SP) - Química verde

#### Representantes do Poder Executivo

Secretário Igor Calvet - MDIC  
Secretário Jailson de Andrade - MCTIC  
Secretário Márcio Félix - MME

Dep. Paulo Pimenta (PT/RS) - Presidente de Honra  
Marina Mattar - Abiquim - Secretária Executiva

Para conhecer o estudo completo, favor entrar em contato através do e-mail: [fpquimica@fpquimica.org.br](mailto:fpquimica@fpquimica.org.br)